

## PORTUGUÊS

### Paciência

- 1 Ah! Se vendessem paciência nas farmácias e supermercados... Muita gente iria gastar boa parte do  
2 salário nessa mercadoria tão rara hoje em dia.
- 3 Por muito pouco a madame que parece uma “lady” solta palavrões e berros que  
4 lembram as antigas “trabalhadoras do cais”, e o bem comportado executivo... “o cavalheiro” se transforma  
5 numa “besta selvagem” no trânsito que ele mesmo ajuda a tumultuar!
- 6 Os filhos atrapalham, os idosos incomodam, a voz da vizinha é um tormento, o jeito do chefe é demais  
7 para sua cabeça, a esposa virou uma chata, o marido uma “mala sem alça”. Aquela velha amiga uma “alça  
8 sem mala”, o emprego uma tortura, a escola uma chatice.
- 9 O cinema se arrasta, o teatro nem pensar, até o passeio virou novela. Outro dia, vi um jovem  
10 reclamando que o banco dele pela internet estava demorando a dar o saldo, eu me lembrei da fila dos bancos  
11 e balancei a cabeça, inconformado... Vi uma moça abrindo um e-mail com um texto maravilhoso do Jabor, e  
12 ela deletou sem sequer ler o título, dizendo que era longo demais.
- 13 Pobres de nós, meninos e meninas sem paciência, sem tempo para a vida, sem tempo para Deus. A  
14 paciência está em falta no mercado, e, pelo jeito, a paciência sintética dos calmantes está cada vez mais em  
15 alta. Pergunte para alguém, que você saiba que é “ansioso demais” - onde ele quer chegar? Qual é a  
16 finalidade de sua vida? Surpreenda-se com a falta de metas, com o vago de sua resposta.
- 17 E você? Onde você quer chegar? Está correndo tanto para que? Por quem? Seu coração vai agüentar?  
18 Se você morrer hoje de infarto agudo do miocárdio o mundo vai parar? A empresa que você trabalha vai  
19 acabar? As pessoas que você ama vão parar? Será que você conseguiu ler até aqui?
- 20 Respire... Acalme-se... O mundo está apenas na sua primeira volta e, com certeza, no final do dia vai  
21 completar o seu giro ao redor do sol, com ou sem a sua paciência...

Arnaldo Jabor

- 1) Após a leitura, pode-se afirmar que:
- (A) não há identificação precisa do tema do texto.
  - (B) o título e o primeiro parágrafo dão ao leitor claros indicadores do tema do texto.
  - (C) a opinião do autor está ausente do texto.
  - (D) o autor desenvolve o tema de forma tão subjetiva que os leitores não conseguem identificar a tese do texto.
  - (E) a objetividade e a simplicidade de linguagem prejudicam a qualidade estilística do texto.
- 2) Para que o texto fique gramaticalmente correto, são necessárias algumas modificações.
- I – Acréscimo de vírgulas após *amiga, emprego* e *escola*, linha 8, e a substituição das vírgulas já existentes por ponto-e-vírgula.
  - II – A substituição de *onde* por *aonde* nas linhas 16 e 18.
  - III – A colocação de acento circunflexo na palavra *que*, linha 18.
  - IV – Acréscimo de vírgula depois de *miocárdio*, linha 19.
  - V – Substituição de *que*, linha 3, por *os quais*.
- Quais modificações são necessárias?
- (A) Apenas I, II e III.
  - (B) Apenas II, III, V.
  - (C) Apenas I, II, III e IV.
  - (D) I, II, III, IV e V.
  - (E) Apenas I, IV e V.
- 3) Considere os períodos:
- I – As pessoas \_\_\_\_\_ o autor se refere estão nas ruas.
  - II – A paciência \_\_\_\_\_ dispomos para enfrentar os problemas prosaicos é pouca.
  - III – O banco \_\_\_\_\_ eficiência duvidávamos aprimorou seus serviços.
  - IV – Os objetivos \_\_\_\_\_ almejamos requerem paciência.
  - V – A paz \_\_\_\_\_ aspiramos exige muita paciência.

Completam correta e respectivamente as lacunas dos períodos as palavras da alternativa:

- (A) a quem – de que – de cuja – a que – à que
- (B) à quem – de que – de cuja – a que – à qual
- (C) à quem – que – de cuja – que – a que
- (D) a quem – de que – cuja – que – à que
- (E) a quem – de que – de cuja – que – a que

4) Considere as afirmativas acerca da correspondência oficial.

I – O tratamento exigido para altos cargos do Poder Executivo pede a forma de tratamento Vossa Excelência.

II – A concordância, na redação oficial, exige 3ª pessoa independente do emissor ou receptor.

III – Estruturas como “Vimos, por meio deste,...” devem ser evitadas por caracterizarem um vício de linguagem.

Estão corretas:

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) I, II, III.
- (E) Apenas II e III.

5) Das passagens do texto abaixo, qual a que tem condições de sofrer transformação da voz ativa para a voz passiva.

- (A) *Se coração vai agüentar?*
- (B) *O mundo está apenas na sua primeira volta...*
- (C) *Ah! Se vendessem paciência nas farmácias e supermercados...*
- (D) *A empresa em que você trabalha vai acabar?*
- (E) *A paciência está em falta no mercado...*

6) Considere as propostas de modificação do texto.

I – Substituição de *berros que lembram as antigas trabalhadoras do cais*, linhas 3-4, POR *berros de que se lembram as antigas trabalhadoras do cais*.

II – Substituição de *eu me lembrei da fila dos bancos*, linhas 10-11, POR *eu lembrei a fila dos bancos*.

III – Substituição de *ela deletou sem sequer ler o título*, linha 12, POR *ela deletou sem nem ler o título*.

IV – Acréscimo de uma vírgula depois de *DIA*, linha 23.

Quais mantêm a correção e o significado original do texto?

- (A) Apenas II, III, IV.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III, IV.

7) Assinale a alternativa em que o pronome SE tenha a mesma função sintática que em *Acalme-se*, linha 22.

- (A) *Vendem-se lotes de paciência aos nervosos e estressados.*
- (B) *Precisa-se de muita paciência.*
- (C) *Arrume-se e mostre-se com paciência a seus amigos.*
- (D) *Aspira-se a um mundo de muita paciência.*
- (E) *Esqueceu-se de demonstrar paciência ao falar com as crianças.*

8) Qual das alternativas abaixo apresenta um período em que a lacuna poderá ser preenchida tanto com um verbo no plural quanto no singular sem incorreção gramatical.

- (A) Um bando de pássaros \_\_\_\_\_ a cidade ao anoitecer. (sobrevoar)
- (B) Fomos nós que \_\_\_\_\_ uma apologia à paciência. (fazer)
- (C) Qual de vocês \_\_\_\_\_ a opinião se alguém os tirar da paciência? (manter)
- (D) Muitos de nós \_\_\_\_\_ a paciência no trânsito. (perder)
- (E) \_\_\_\_\_ nós e os colegas de trabalho para festejar a vitória. (sair)

9) Considere as justificativas para o uso de pontuação no texto.

I – A vírgula da linha 4 separa orações coordenadas com sujeitos diferentes.

II – As vírgulas da linha 22 isolam um adjunto adverbial deslocado.

- III – A vírgula da linha 17 separa termos da mesma função sintática.  
IV – O principal motivo do uso das aspas no texto é sinalizar o uso de estrangeirismo.  
Quais estão corretas?
- (A) I, II e IV.
  - (B) II e IV.
  - (C) III e IV.
  - (D) I, II, III.
  - (E) I, III, IV.

- 10) Os tempos verbais do primeiro parágrafo indicam:
- (A) uma ação habitual, e outra ocorrida no tempo em que o texto foi escrito.
  - (B) duas ações hipotéticas interdependentes.
  - (C) duas ações futuras e hipotéticas.
  - (D) uma ação hipotética e outra certa no futuro.
  - (E) uma ação habitual e outra futura.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

11 - No Brasil vigora, atualmente, um amplo e complexo sistema de controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos; parte dele se efetiva pelo método difuso, também denominado incidental. De acordo com o sistema constitucional brasileiro,

- (A) o STF não pode, em hipótese alguma, efetivar o controle difuso, somente o concentrado.
- (B) o STF também pode efetivar o controle difuso quando julga recurso especial.
- (C) o Tribunal de Justiça estadual também pode efetivar o controle difuso, tendo por parâmetro a Constituição Federal quando julga qualquer recurso, desde que observada a regra do artigo 97 da Constituição Federal.
- (D) qualquer Juiz estadual, desde que tendo como parâmetro, exclusivamente, a Constituição Estadual, pode efetivar o controle difuso de constitucionalidade.
- (E) qualquer Juiz federal, desde que tendo como parâmetro, exclusivamente, a Constituição Federal, pode efetivar o controle concentrado de constitucionalidade.

12 - Figure-se a hipótese fática em que uma norma estadual entrada em vigência no ano de 2000, seja tida como incompatível com norma da Constituição Federal que versa sobre o mesmo tema. Transcorridos dois anos sem que qualquer Juízo ou Tribunal sobre tal incompatibilidade se tenha pronunciado, sobrevém emenda constitucional. Por efeito da emenda constitucional, a norma estadual em questão deixa de ser incompatível, do ponto de vista lógico, para com a Constituição Federal. Na teoria do Direito Constitucional tal fenômeno, de discutível aceitabilidade, identifica-se como uma forma de

- (A) repriminção.
- (B) recepção.
- (C) revogação.
- (D) inconstitucionalidade superveniente.
- (E) constitucionalização.

13 - O controle difuso de constitucionalidade, no vigente sistema constitucional brasileiro,

- (A) visa à proteção de direito subjetivo, pode ser feito de ofício por qualquer Juízo ou Tribunal, em qualquer processo judicial, e, quando reconhecida a inconstitucionalidade, a decisão produz efeitos *erga omnes* e *ex tunc*.
- (B) visa à proteção do Direito, objetivamente considerado, pode ser feito de ofício por qualquer Juízo ou Tribunal, em qualquer processo judicial, e, quando reconhecida a inconstitucionalidade, a decisão produz efeitos *inter partes* e *ex tunc*.
- (C) visa à proteção de direito subjetivo, pode ser feito de ofício por qualquer Juízo ou Tribunal, em qualquer processo judicial, e, quando reconhecida a inconstitucionalidade, a decisão produz efeitos *inter partes* e *ex tunc*.
- (D) visa à proteção do Direito, objetivamente considerado, pode ser feito de ofício por qualquer Juízo ou Tribunal, em qualquer processo judicial, e, quando reconhecida a inconstitucionalidade, a decisão produz efeitos *inter partes* e *ex nunc*.

(E) visa à proteção de direito subjetivo, pode ser feito de ofício por qualquer Juízo ou Tribunal, em qualquer processo judicial, e, quando reconhecida a inconstitucionalidade, a decisão produz efeitos *inter partes e ex nunc*.

14 - Uma Emenda Constitucional, relativamente ao texto por ela pretendido modificar na vigente Constituição,

- (A) é sempre inconstitucional porque afronta norma constitucional existente, válida e eficaz.
- (B) somente é válida se não violar os direitos e garantias individuais, podendo alterar tudo o mais.
- (C) pode afrontar, inclusive, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada existentes com fundamento na norma a ser alterada.
- (D) deve, necessariamente, respeitar os limites explícitos e implícitos ao poder de reforma e preservar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada fundamentados na norma a ser alterada.
- (E) pode alterar alguns dispositivos e não pode alterar outros, porque a atual Constituição classifica-se como semi-rígida.

15 - No que diz respeito à sucessão de normas constitucionais, é correto afirmar que

- (A) a Emenda Constitucional revoga o direito ordinário anterior que seja com ela incompatível.
- (B) a Emenda Constitucional torna inconstitucional o direito ordinário anterior que seja com ela incompatível.
- (C) a Emenda Constitucional revoga o direito ordinário posterior que seja com ela incompatível.
- (D) a nova Constituição, salvo ressalva expressa, mantém em vigência as normas da anterior Constituição com ela compatíveis.
- (E) a nova Constituição, salvo ressalva expressa, revoga as normas do direito ordinário pré-constitucional.

16 - Governador de um Estado brasileiro determina ao Secretário de Estado da Segurança, ao Chefe de Polícia e ao Comandante da Brigada Militar que mantenham incomunicáveis os Srs. Deputados Estaduais que se acham no recinto da Assembléia Legislativa e os impeça, a qualquer custo, de deixarem o local sem que antes tenham mantido um veto seu (do Governador) a um projeto de lei aprovado aumentando os vencimentos dos servidores públicos. O Sr. Secretário de Segurança, assim como o Chefe da Brigada Militar, acompanhando uma tropa de 300 policiais militares fortemente armados, mantém fechadas as dependências do Poder Legislativo estadual, com os Deputados dentro, devidamente advertidos de que devem votar e manter o veto aposto pelo chefe do Poder Executivo. Essa hipótese

- (A) não configura pressuposto fático que autorize a decretação de intervenção federal.
- (B) configura hipótese de grave comprometimento da ordem pública, devendo ser decretada a intervenção observada a necessidade de julgamento de procedência de ação proposta pelo PGJ perante o STJ.
- (C) configura hipótese de grave comprometimento da ordem pública, devendo ser decretada a intervenção observada a necessidade de julgamento de procedência de ação proposta pelo PGJ perante o STF.
- (D) configura hipótese de necessidade de garantir o livre exercício do Poder Legislativo, dependendo de solicitação ao Presidente da República, exigindo-se a análise posterior pelo Congresso Nacional.
- (E) configura hipótese de necessidade de garantir o livre exercício do Poder Legislativo, dependendo de solicitação ao Presidente da República, ficando dispensada a análise posterior pelo Congresso Nacional.

17 - Relativamente ao acesso a cargos, empregos e funções públicas, o vigente sistema constitucional estabelece que

- (A) deverá ser procedido concurso público nos casos em que a lei expressamente estabelecer.
- (B) inexistente hipótese de ingresso no serviço público sem concurso.
- (C) os cargos em comissão, nos termos da respectiva lei de criação, são de livre nomeação e exoneração.
- (D) mesmo a nomeação para os cargos em comissão, em qualquer caso, dependerá de aprovação em concurso público.
- (E) os cargos em comissão serão exercidos por pessoas livremente nomeadas.

18 - Na hipótese de um projeto de lei com três artigos vir a ser aprovado pelas duas Casas legislativas federais e, sendo remetido ao Chefe do Poder Executivo, receber veto expresso relativamente ao seu artigo 1º, pode-se afirmar que

- (A) o projeto terá sido parcialmente rejeitado.
- (B) a *vacatio legis* somente iniciará a fluir posteriormente à apreciação do veto pelo Legislativo;
- (C) no termo da *vacatio legis* os artigos sancionados ingressarão em vigência.
- (D) sendo derrubado o veto pelo Legislativo, o artigo 1º terá sido também aprovado e ingressará em vigência posteriormente aos outros dois artigos sancionados.
- (E) o projeto terá sido integralmente aprovado, mas o veto, tendo sido expresso, não pode ser rejeitado na mesma sessão legislativa.

19 - A disciplina constitucional da fiscalização contábil, financeira e orçamentária rege que

- (A) o controle interno é exercido por cada um dos poderes, enquanto que o controle externo é exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio dos Tribunais de Contas.
- (B) é livre a criação de Tribunais de Contas nos Municípios com população acima de duzentos mil habitantes.
- (C) o controle limita-se à Administração direta.
- (D) o controle limita-se ao exame da legalidade.
- (E) o princípio da eficiência da Administração Pública refoge ao âmbito do controle, já que diz respeito ao mérito dos atos administrativos e não se vincula, em hipótese alguma, com a economicidade.

20 - O Tribunal de Contas foi institucionalizado, no Brasil, pelo Decreto 966-A, de 1890 em razão de iniciativa de Ruy Barbosa, vindo contemplado, posteriormente, no artigo 89 da Constituição republicana de 1891. Desde então, todas as Constituições Federais mantiveram a existência dos Tribunais de Contas. No atual sistema constitucional,

- (A) não se admite a existência de Tribunal de Contas Municipal.
- (B) pode ser criado o Conselho de Contas Municipal.
- (C) os Tribunais de Contas ou Conselhos de Contas Municipais, sendo este último um órgão estadual, existentes podem atuar, não podendo ser criados novos.
- (D) os Tribunais de Contas ou Conselhos de Contas Municipais, sendo este último um órgão municipal, existentes, podem existir, não podendo ser criados novos.
- (E) o Ministério Público com atuação junto aos Tribunais de Contas Estaduais é o Ministério Público Estadual, sendo desnecessária a existência de um Ministério Público Especial de Contas.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

21 – Os atos de improbidade que importem em enriquecimento ilícito estão sujeitos a

- (A) perda pelo agente público ou terceiro dos bens acrescidos ao seu patrimônio e perda dos direitos políticos.
- (B) perda da função pública e ressarcimento integral do dano e multa civil.
- (C) perda do cargo e inabilitação por oito anos para o exercício de função pública.
- (D) cassação dos direitos políticos e perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
- (E) aposentadoria ou disponibilidade por interesse público.

22 - Segundo a Lei nº 9.784/99, que regula o processo Administrativo, a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da

- (A) legalidade, interesse social e razoabilidade.
- (B) contraditório, segurança pública e moralidade.
- (C) eficiência, produtividade e finalidade.
- (D) motivação, proporcionalidade e razoabilidade.
- (E) contraditório, ampla defesa e devido processo legal.

23 - A exigência de depósito de valor correspondente à multa arbitrada em processo administrativo, como condição de admissibilidade de recurso, na esfera administrativa

- (A) é admitida quando se trata de recurso e não de impugnação inicial.
- (B) não afeta o princípio do contraditório e da ampla defesa.
- (C) é legítima, porquanto admitida pelo direito de petição.
- (D) é inconstitucional por violar garantias constitucionais.
- (E) é admitida em qualquer instância administrativa.

24 - Caracterizam-se como atributos do poder de polícia

- (A) vinculação e ausência de limites.
- (B) discricionariedade e imunidade à fiscalização.
- (C) coercibilidade e necessidade de autorização judicial.
- (D) discricionariedade e auto-executoriedade.
- (E) não submissão ao devido processo legal e coercibilidade.

25 - O princípio da publicidade e eficiência são de obediência obrigatória

- (A) tanto pela administração pública direta e indireta, seja da União, Estados Distrito Federal ou Municípios.
- (B) apenas pelos entes da administração pública indireta.
- (C) apenas pelos entes da administração pública direta.
- (D) apenas aos órgãos públicos federais.
- (E) apenas para os entes públicos que possuam personalidade jurídica de direito privado.

26 - Sobre os servidores públicos é correto afirmar que

- (A) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público e terá validade de até dois anos, prorrogáveis.
- (B) o direito de greve exige lei específica para seu exercício.
- (C) admite-se a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (D) os cargos públicos são acessíveis apenas aos brasileiros, natos ou naturalizados.
- (E) a remuneração se dá sob a forma de subsídios, em qualquer situação.

27 - O ato administrativo que exige a manifestação de vontade de um único órgão, mas fica na dependência da autorização ou confirmação de outro órgão hierarquicamente superior é classificado como ato administrativo

- (A) vinculado.
- (B) múltiplo.
- (C) complexo.
- (D) composto.
- (E) simples.

28 - Assinale a afirmativa correta.

- (A) as licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, por salvo por motivo de interesse dos licitantes.
- (B) a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso, o leilão e o pregão são modalidades de licitação.

- (C) é permitida instituição de outras modalidades de licitação, por motivo de interesse público.
- (D) a licitação jamais pode ser dispensada em contratos públicos.
- (E) a impessoalidade, a moralidade, a igualdade e a improbidade administrativa são princípios que informam o processo de licitação.

29 - A modalidade de restrição estatal sobre a propriedade privada que impõe ao proprietário a obrigação de suportar a utilização temporária de seu imóvel pelo Poder Público, denomina-se

- (A) requisição.
- (B) tombamento.
- (C) desapropriação.
- (D) servidão administrativa.
- (E) edificação.

30 - Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a assertiva correta.

- (A) verifica-se apenas quando decorrente de ato doloso praticado por servidor público.
- (B) somente pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.
- (C) respondem pelos atos de seus agentes as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviço público.
- (D) a Constituição brasileira adota a teoria do risco integral.
- (E) não admite a pesquisa em torno da culpa da vítima.

## DIREITO CIVIL

31 – A exceção de contrato não cumprido pode ser invocada

- (A) em qualquer tipo de contrato, porque decorre do sinalagma.
- (B) somente quando as partes a convencionarem no momento da redação do contrato.
- (C) somente nos contratos unilaterais e quando o incumprimento for total.
- (D) somente nos contratos bilaterais e quando não houver menção, na lei ou no contrato, de quem deva cumprir em primeiro lugar.
- (E) quando o contrato for bilateral e a parte devedora cumpriu apenas parcialmente o contrato.

32 – Os contratos formam-se no momento do encontro entre a proposta e a aceitação. Em relação à natureza desses atos, é correto afirmar que

- (A) são atos *stritu sensu*, porque seus efeitos derivam da lei.
- (B) constituem negócios jurídicos, porque resultantes do exercício da autonomia privada.
- (C) são atos-fatos.
- (D) constituem declarações de vontade não receptícias.
- (E) constituem fatos jurídicos *stricto sensu*.

33 – Assinale a alternativa que indica a diferença entre negócio jurídico e ato jurídico *strito sensu*.

- (A) Nos negócios jurídicos, os efeitos são estabelecidos de antemão pelo legislador, enquanto nos atos jurídicos *stritu sensu* eles dependem exclusivamente da vontade dos reclamantes.
- (B) Nos atos jurídicos *strito sensu* não há necessidade de ser perquirida a capacidade do agente, enquanto nos negócios jurídicos a sua falta é causa de anulação do negócio.
- (C) Os negócios jurídicos são sempre bilaterais e seus efeitos são invariáveis, enquanto os atos *stricto sensu* são sempre unilaterais e seus efeitos são variáveis.
- (D) Os negócios jurídicos têm seus efeitos determinados pelas partes, desde que dentro dos limites legais, enquanto nos atos jurídicos *strito sensu* os efeitos são *ex lege*.
- (E) Não há uma diferença essencial entre eles, podendo alguns atos *stricto sensu* serem considerados verdadeiros negócios.

34 - Assinale a afirmativa correta.

- (A) O termo inicial, estabelecido em um contrato, suspende a aquisição do direito.
- (B) O termo inicial suspende o exercício do direito.
- (C) A condição suspensiva, aposta a um contrato, não impede a sua eficácia, desde que o devedor dela tenha ciência.
- (D) É possível estabelecer um contrato sob condição que o sujeito ao arbítrio do credor.
- (E) Os contratos admitem toda e qualquer condição.

35 - A relação jurídica é o cerne de todo o direito. Sua composição é complexa e seus elementos variados.. Contudo, há um dentre eles, que constitui a sua essência, pois permite distinguir a relação jurídica das demais relações de cunho social, moral, religioso, biológico, etc. Aponte, dentre as alternativas a seguir propostas, qual é esse elemento.

- (A) O sujeito ativo e passivo.
- (B) O vínculo de atributividade.
- (C) O fato jurídico.
- (D) O objeto.
- (E) A garantia.

36 - A doutrina e a jurisprudência nacionais identificam um dever geral de informar nos contratos. Assinale a alternativa correta em relação a esse dever.

- (A) Trata-se de criação pretoriana, decorrente da aplicação do princípio de boa fé subjetiva nos contratos, tendo em vista o dever de cooperação entre as partes.
- (B) O dever de informar não está previsto na esfera das relações de Direito Civil.
- (C) O dever de informar não pode ser exigido da parte mais fraca da relação de consumo, como o paciente em relação ao médico, porque existe em razão do desequilíbrio econômico entre as partes.
- (D) O dever de informar não sofre limitações no âmbito das relações de consumo, apenas naquelas de Direito Civil.
- (E) A falta de informação numa relação de consumo equivale a defeito no produto.

## ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA

37 - Considerando o disposto no art. 166 da Constituição Federal:

“Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum”.

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovados caso:

I (...)

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;
- c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal;

Ainda o § 7º do art. 166 define que: “Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo” (Arts. 59 a 67 CRFB).

Conjugando os §§ 3º e 7º do art. 166 e o disposto nos arts 59 a 67 da CRFB, questiona-se:

**Indique a opção correta** quanto às alterações introduzidas no projeto de lei orçamentária promovidas pelo Legislativo Municipal, dentro dos limites permitidos, quando encaminhadas ao Executivo e recebam dele veto.

- (A) Considerando o § 7º do art 166, o Poder Legislativo derruba o veto e restitui os valores ao orçamento.
- (B) Prevaecem os valores do Projeto de Lei original indicados pelo Poder Executivo.
- (C) Segundo o § 7º do art. 166, o Poder Legislativo não pode derrubar o veto do Executivo.
- (D) As emendas inseridas pelo Poder Legislativo, quando da apreciação do Orçamento, são vetadas pelo Poder Executivo. A peça, conforme art. 166, § 7º, ao retornar ao Legislativo o veto permanece. Com a manutenção do veto, o orçamento fica sem dotação correspondente a essas emendas.
- (E) As emendas inseridas pelo Poder Legislativo quando da apreciação do Orçamento são vetadas pelo Poder Executivo. A peça, conforme art. 166 § 7º, ao retornar ao Legislativo tem o veto derrubado. Com a derrubada do veto as dotações são recompostas no orçamento.

38 - Segundo o Art. 6º da Lei Federal 4.320/64:

“Todas as receitas e despesas constarão na lei de orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções”.  
Este Artigo consagra o princípio orçamentário da

- (A) universalidade.
- (B) unidade.
- (C) não afetação das receitas.
- (D) sinceridade.
- (E) especificação.

39 - Conforme o art. 165, § 2º da Constituição Federal a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá

- (A) as metas e as prioridades da administração pública.
- (B) as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública.
- (C) as diretrizes, os objetivos e as metas fiscais da administração pública.
- (D) as diretrizes, os objetivos, as metas e os programas da administração pública.
- (E) as metas, os programas e os indicadores da administração pública.

40 - Os demonstrativos que fazem parte do Relatório de Gestão Fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101 de 2000, são:

- (A) Demonstrativo da Despesa com Pessoal; Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores; Demonstrativo das Operações de Crédito; Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa; Demonstrativo dos Restos a Pagar; Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.
- (B) Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida; Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores; Demonstrativo das Operações de Crédito; Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa; Demonstrativo dos Restos a Pagar; Demonstrativo dos Limites; Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.
- (C) Demonstrativo da Despesa com Pessoal; Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida; Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores; Demonstrativo das Operações de Crédito; Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa; Demonstrativo dos Restos a Pagar; Demonstrativo dos Limites.
- (D) Demonstrativo da Despesa com Pessoal; Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida; Demonstrativo das Operações de Crédito; Demonstrativo dos Restos a Pagar; Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.
- (E) Demonstrativo da Despesa com Pessoal; Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida; Demonstrativo das Operações de Crédito; Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa; Demonstrativo dos Limites; Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

41 - A Reserva de Contingência definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, avaliada em razão da Receita Corrente Líquida, constante do projeto de lei de orçamento anual destina-se ao atendimento de

- (A) passivos contingentes e restos a pagar não processados.
- (B) restos a pagar e amortização de dívidas consolidadas.
- (C) passivos contingentes e amortização de dívidas consolidadas.
- (D) passivos contingentes e frustrações de receitas.
- (E) precatórios, passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

42 - Resultado Primário. A apuração do Resultado Primário fornece ao analista uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente público. O Resultado é a diferença entre as Receitas Primárias e as Despesas Primárias.

Para atingir esse Resultado há necessidade de compreensão da composição de alguns conceitos utilizados, como:

Operações de crédito: compõem-se da colocação de títulos públicos e da contratação de empréstimos e financiamentos;

Amortização de Empréstimos: compõem-se dos valores referentes aos recebimentos de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos;

Alienação de Bens: Ingressos provenientes da alienação de bens móveis e Imóveis;

Aplicações Financeiras: Registra o somatório dos valores das aplicações em títulos do mercado aberto com direito a resgate imediato.

**Escolha, com base nas informações abaixo, quais receitas e despesas são consideradas para efeitos do cálculo do resultado primário.**

- (A) Receitas Primárias: IPTU, ISS, ITBI, IRRF, Receitas de Contribuições, Receitas de Serviços e Alienação de Bens. Despesas Primárias: Despesas com pessoal, Encargos, materiais de consumo, Concessão de Empréstimos.
- (B) Receitas Primárias: Receitas de Impostos, Receitas Previdenciárias, Receitas de Serviços e Receitas de Operações de Crédito. Despesas Primárias: Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Inversões Financeiras.
- (C) Receitas Primárias: Receitas de Impostos, Receitas Previdenciárias, Receitas de Serviços e Receitas de Aplicações Financeiras. Despesas Primárias: Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Concessão de Empréstimos e Amortização da Dívida.
- (D) Receitas Primárias: Receitas de Impostos, Receitas Previdenciárias, Receitas de Serviços e Receitas de Aplicações Financeiras. Despesas Primárias: Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Aquisição de título de capital já integralizado e Juros e Encargos da Dívida.
- (E) Receitas Primárias: Receitas de Impostos, Receitas Previdenciárias, Receitas de Serviços e Receitas de Contribuições. Despesas Primárias: Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Demais Inversões Financeiras.

43 - A Lei Federal 4320/64 estabelece que as receitas e despesas orçamentárias, quando da suas execuções, devem cumprir às respectivas fases administrativas. Segundo esse regramento legal, na fase da liquidação da despesa, ocorre

- (A) o pagamento da despesa e ficando o débito extinto.
- (B) a determinação pelo ordenador da despesa para o pagamento do débito.
- (C) a verificação do direito adquirido pelo credor.
- (D) a verificação de que a despesa foi legalmente empenhada.
- (E) a verificação da extinção da obrigação junto ao credor.

44 - Segundo estabelece o art. 53 da Lei Federal 4320/64, o lançamento da receita consiste em verificar

- (A) a procedência e escriturar as receitas arrecadadas.
- (B) a procedência do crédito fiscal e inscrever o débito do contribuinte.

- (C) a classificação e efetuar o registro da arrecadação da receita.
- (D) quem é o contribuinte e registrar na Contabilidade o pagamento da receita.
- (E) a unidade arrecadadora e registrar o recolhimento da receita orçamentária.

45 - De acordo com a Lei Federal 4320/64, a Dívida Ativa classifica-se em: Dívida Ativa Tributária e Dívida Ativa Não Tributária. As receitas provenientes das arrecadações dessas Dívidas Ativas necessariamente abrangerão

- (A) o valor do crédito da Dívida mais os juros e multas.
- (B) o valor do crédito tributário, correção monetária, multa e juros.
- (C) somente o valor do crédito tributário e juros de mora.
- (D) o valor nominal mais a multa e os juros.
- (E) o valor do crédito da Dívida, atualização monetária, multa e juros de mora.

46 - O Poder Executivo aplica os recursos arrecadados através dos tributos e de outras fontes de receitas, por meio dos orçamentos que devem ser aprovados pelo Poder Legislativo.

Para o exercício de 2007, o orçamento do Município de Sol Alto, estimou a receita em R\$ 250.500.000,00 e fixou a despesa em igual valor. Durante a execução do orçamento foram autorizadas suplementações, cujo total atingiu a importância de R\$ 78.250.000,00, sendo que parte destes recursos, na importância de R\$ 30.250.000,00, são provenientes de reduções das dotações inicialmente fixadas. Para o mesmo período foram abertos, também, créditos extraordinários no valor de R\$ 8.250.000,00.

A receita arrecadada atingiu R\$ 286.500.000,00 e a despesa realizada foi de R\$ 285.250.000,00.

**A Despesa Autorizada, após essas alterações, passou a ser de**

- (A) R\$ 328.750.000,00
- (B) R\$ 306.750.000,00
- (C) R\$ 336.500.000,00
- (D) R\$ 285.250.000,00
- (E) R\$ 298.500.000,00

## AUDITORIA

47 - Na aplicação de testes substantivos, o auditor deve objetivar, dentre outras, as seguintes conclusões:

- (A) Existência; Direitos e Obrigações; Integridade.
- (B) Existência; Alocação; Ocorrência.
- (C) Direitos e Obrigações; Ocorrência; Abrangência.
- (D) Direitos e Obrigações; Integridade; Ocorrência.
- (E) Alocação; Ocorrência; Abrangência.

48 - Um auditor ao proceder exames de registros e de documentos e ao acompanhar um procedimento ou processo quando de sua execução está considerando, respectivamente, quais procedimentos técnicos:

- (A) Inspeção e Investigação.
- (B) Questionamento e Rastreamento.
- (C) Rastreamento e Observação.
- (D) Inspeção e Observação.
- (E) Investigação e Confirmação.

49 – Assinale qual das alternativas abaixo se refere corretamente ao conteúdo da etapa do planejamento de auditoria.

- (A) O auditor, no planejamento, pode documentar todos os procedimentos de auditoria programados, bem como sua extensão e oportunidade de aplicação, objetivando comprovar que todos os pontos da organização considerados relevantes foram cobertos.

- (B) Convém que, no planejamento, todos os procedimentos de auditoria programados, bem como sua extensão e oportunidade de aplicação, sejam documentados, objetivando comprovar que todos os pontos da organização considerados relevantes foram cobertos pelo auditor.
- (C) Na etapa do planejamento da auditoria, não há necessidade de documentar todos os procedimentos de auditoria programados, bem como sua extensão, devendo registrar apenas a oportunidade de aplicação dos mesmos.
- (D) O planejamento e os programas de auditoria devem ser revisados permanentemente, como forma de o auditor avaliar as modificações nas circunstâncias e os seus reflexos na extensão, na oportunidade e na natureza dos procedimentos de auditoria a serem aplicados.
- (E) O planejamento e os programas de auditoria podem ser revisados permanentemente, como forma de o auditor independente avaliar as modificações nas circunstâncias e os seus reflexos na extensão, na oportunidade e na natureza dos procedimentos de auditoria a serem aplicados.

50 - Em relação ao exame físico, qual das alternativas contém as características desse procedimento de auditoria:

- (A) Existência Física; Identificação; Autenticidade; Qualidade; Registro.
- (B) Identificação; Registro; Quantidade; Qualidade; Existência Física.
- (C) Qualidade; Existência Física; Normalidade; Registro; Identificação.
- (D) Aprovação; Identificação; Quantidade; Existência Física; Qualidade.
- (E) Identificação; Existência Física; Autenticidade; Quantidade; Qualidade.

51 - Dependendo da organização, os estoques podem constituir o principal item de ativo, levando o auditor a dedicar tempo considerável à verificação dos mesmos. Entre os cuidados que o auditor deve tomar em relação à auditoria de estoques está o “cut-off” que consiste em:

- (A) Identificar a correta contabilização das transações em seus períodos de competência.
- (B) Satisfazer o auditor quanto à existência efetiva dos estoques.
- (C) Indagar a organização sobre itens obsoletos, de baixa movimentação ou com quantidade excessiva em estoque.
- (D) Avaliar o processo que a organização utiliza para estimar o valor dos estoques.
- (E) Confirmar estoques que se encontram em locais fora da organização auditada.

52 - Comumente, define-se auditoria como um processo sistemático de obtenção e avaliação objetiva de evidências necessárias à formulação de opinião por parte do auditor a respeito de transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações contábeis de uma organização. Nesse processo de obtenção de evidências, o auditor aplica testes que lhe proporcionam alcançar seus objetivos, dentre eles aqueles empregados para determinar se os procedimentos e práticas de controles internos estabelecidos por uma organização estão em efetivo funcionamento e cumprimento. Esse tipo de teste é denominado

- (A) Testes de observância.
- (B) Testes substantivos.
- (C) Testes de detalhes.
- (D) Testes globais.
- (E) Procedimentos de Revisão Analítica.

53 - Os procedimentos de revisão analítica correspondem a testes de elementos econômico-financeiros por meio de análise e comparação do relacionamento entre eles. Em relação à função e ao momento de realização, pode-se afirmar que esses procedimentos servem

- (A) para revisão final das demonstrações financeiras, apenas no final da auditoria.
- (B) como instrumento de planejamento, antes do início da auditoria; como elemento de auditoria, durante a mesma; e como revisão final das demonstrações financeiras, no final da auditoria.
- (C) como instrumento de planejamento, antes do início da auditoria; e como revisão final das demonstrações financeiras, no final da auditoria.
- (D) como instrumento de planejamento, antes do início da auditoria; e como elemento de auditoria, durante a mesma.
- (E) como instrumento de planejamento, apenas antes do início da auditoria.

54 - O procedimento de confirmação consiste na obtenção de informações diretamente com uma fonte externa ao ente auditado, permitindo reunir evidências sobre a fidedignidade de direitos a receber e obrigações, bem como bens de propriedade da auditada em poder de terceiros. Quanto à forma de resposta, existem dois tipos de pedidos de confirmação. Um deles é aquele em que o auditor sempre espera receber uma resposta, confirmando ou não, o saldo ou a posição demonstrada; o outro, somente prevê resposta em caso de discordância da fonte externa em relação ao saldo ou posição informada. Esses tipos são denominados, respectivamente, de

- (A) Branco e Preto.
- (B) Afirmativo e Negativo.
- (C) Positivo e Negativo.
- (D) Positivo e Preto.
- (E) Branco e Negativo.

55 - De acordo com o Código de Ética da INTOSAI – Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores, qual dos Princípios abaixo se constitui como valor central de um código de ética e está relacionado ao cumprimento, por parte do auditor, de normas elevadas de conduta durante o trabalho e em relação com o pessoal da organização auditada:

- (A) Independência.
- (B) Objetividade.
- (C) Imparcialidade.
- (D) Integridade.
- (E) Competência Profissional.

56 - Risco de auditoria é a possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas. Afirma-se que o risco de auditoria é função de três componentes. Um deles diz respeito à suscetibilidade de uma afirmação a um erro ou classificação indevida relevante, supondo que não haja controles internos que com ela se relacionem. Esse risco é chamado de

- (A) Risco de Classificação.
- (B) Risco Inerente.
- (C) Risco de Controle.
- (D) Risco de Detecção.
- (E) Risco de Avaliação.

57 - Para fundamentar opiniões e conclusões relativas à organização, ao programa, à atividade ou à função auditada, o auditor deve obter evidências adequadas, relevantes e razoáveis. A coleta de evidências sobre o sistema de controles internos e quanto à veracidade das informações que formam o conjunto das demonstrações contábeis são tipos de evidências que se classificam nos seguintes grupos, respectivamente:

- (A) Finalidade e Básicas.
- (B) Continuidade e Básicas.
- (C) Continuidade e Natureza.
- (D) Finalidade e Continuidade.
- (E) Finalidade e Natureza.

58 - Dentre os tipos de Auditoria Governamental aquela que atua nas áreas interrelacionadas do órgão ou da entidade, avaliando a eficácia, eficiência, economicidade e efetividade é denominada:

- (A) Auditoria de Conformidade.
- (B) Auditoria de Qualidade.
- (C) Auditoria de Sistemas.
- (D) Auditoria Operacional.
- (E) Auditoria Financeira.

59 - O auditor deve efetuar o estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da organização como base para determinar

- (A) as áreas de risco de auditoria.
- (B) a natureza dos procedimentos de auditoria.
- (C) a oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria.
- (D) a natureza e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria.
- (E) a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria.

60 - Tradicionalmente, o controle da Administração Pública é realizado em diversos momentos. Um auditor ao acompanhar a execução contratual quanto ao exato cumprimento das suas disposições e ao proceder o exame da legalidade dos atos de admissão de pessoal e de aposentadorias realizadas pelo Poder Público, está realizando, respectivamente:

- (A) Controle Concomitante e de Mérito.
- (B) Controle Prévio e de Mérito.
- (C) Controle de Legalidade e de Mérito.
- (D) Controle Prévio e Posterior.
- (E) Controle Concomitante e Posterior.

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL

61 - Acerca das competências do TCE-MT, é correto afirmar que, dentre elas, se encontra

- (A) a de fiscalizar (sem poder julgar), apenas com repercussão nas contas do gestor da entidade repassante, a aplicação de recursos repassados pelo Estado ou Município a organizações não-governamentais que prestem serviço público.
- (B) a de julgar (sem poder fiscalizar), apenas com subsídio da fiscalização efetuada pelo sistema de controle interno, a aplicação de recursos repassados pelo Estado ou Município a organizações não-governamentais que prestem serviço público.
- (C) a de fiscalizar e julgar a aplicação de recursos repassados pelo Estado ou Município a organizações não-governamentais que prestem serviço público.
- (D) a de fiscalizar e julgar a aplicação de quaisquer recursos recebidos por organizações não-governamentais que prestem algum serviço público
- (E) a de fiscalizar e julgar a aplicação de quaisquer recursos recebidos por organizações não-governamentais que utilizem serviço público

62 - Acerca das decisões do TCE-MT em prestações ou tomadas de contas, é correto afirmar que:

- (A) julgadas regulares as contas de um exercício, a quitação plena ao responsável só se dará quando da análise do exercício subsequente.
- (B) julgadas regulares as contas de um exercício, a quitação plena ao responsável se dará de imediato.
- (C) julgadas regulares as contas de um exercício, a quitação parcial ao responsável só se dará na análise do exercício subsequente.
- (D) julgadas irregulares as contas de um exercício, havendo débito, seu recolhimento implica a inexigibilidade da multa eventualmente aplicada.
- (E) julgadas irregulares as contas de um exercício, havendo débito, seu recolhimento possibilita redução do valor da multa eventualmente aplicada.

63 - Acerca das sanções e medidas cautelares da competência do TCE-MT, é correto afirmar que

- (A) a condenação ao ressarcimento de valores aos cofres públicos não exclui a possibilidade da condenação ao pagamento de multa.
- (B) a condenação ao ressarcimento de valores aos cofres públicos e a condenação ao pagamento de multa são mutuamente excludentes.
- (C) a condenação ao ressarcimento de valores aos cofres públicos implica necessariamente a condenação ao pagamento de multa de valor igual ao débito.
- (D) a medida cautelar de indisponibilidade de bens pressupõe condenação transitada em julgada ao ressarcimento de valores aos cofres públicos e ao pagamento de multa.
- (E) a medida cautelar de indisponibilidade de bens pressupõe julgamento definitivo por contas irregulares e insucesso na cobrança do ressarcimento de valores aos cofres públicos.

64 - Acerca do Ministério Público junto ao TCE-MT, é correto afirmar que

- (A) o Procurador-Chefe será escolhido e nomeado pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplice formada em votação dos Procuradores.
- (B) o Procurador-Chefe será escolhido e nomeado pelo Presidente do Tribunal, dentre todos os Procuradores da Instituição.
- (C) em caso de impedimento do Procurador-Chefe, o Presidente do Tribunal designará seu substituto.
- (D) o Procurador-Chefe será eleito entre seus pares e tomará posse em sessão ordinária do Tribunal Pleno.
- (E) em caso de impedimento do Procurador-Chefe, assumirá o Procurador mais antigo no cargo.

65 - Acerca das regras éticas de conduta dos membros do TCE-MT, é correto afirmar que dentre as sanções previstas por suas violações se encontra a de

- (A) admoestação verbal em sessão administrativa.
- (B) advertência por escrito em memorando circular aos Conselheiros.
- (C) suspensão do exercício do cargo por até 90 (noventa) dias.
- (D) perda do cargo.
- (E) censura ética em publicação oficial.

66 - Acerca dos incidentes processuais previstos regimentalmente no âmbito do TCE-MT, é correto afirmar que

- (A) o incidente de constitucionalidade, depois de notificado o responsável e diante da permanência da inconstitucionalidade, é julgado monocraticamente pelo Conselheiro relator, que poderá deixar de aplicar a norma em questão.
- (B) o prejudgado pode advir de pronunciamento de órgão fracionário do Tribunal sobre interpretação de norma jurídica, a requerimento de qualquer membro do Ministério Público junto à Corte.
- (C) o prejudgado pode ser constituído, através de declaração do Pleno, pela reiteração de deliberações por mais de 6 (seis) vezes, em processos de idêntica natureza e sobre a mesma matéria.
- (D) a súmula é constituída pela totalidade dos prejudgados, descabendo ao Ministério Público junto ao Tribunal a proposta de cancelamento ou revisão de seus enunciados.
- (E) a súmula é constituída somente através do incidente de uniformização de jurisprudência, que não pode ser instaurado de ofício, dependendo de pedido da parte interessada e da anuência do Ministério Público junto à Corte.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

67 - Quanto às limitações constitucionais ao poder de tributar,

- (A) estão todas previstas no art. 150 da CF.
- (B) há vedações para todos os entes políticos, vedações específicas para a União e e vedações específicas para os Estados e Distrito Federal, mas não há vedações específicas para os Municípios.
- (C) restringem-se à legalidade, à irretroatividade e à anterioridade.
- (D) podem ser ampliadas ou restringidas desde que por Emenda Constitucional.
- (E) tem sua origem e fundamento no Estado Social.

68 - Quanto às imunidades,

- (A) são sempre referidas no texto constitucional pela expressão “imunidade”.
- (B) são sempre referidas no texto constitucional pela expressão “isenção”.
- (C) são referidas no texto constitucional através de várias expressões, ora como isenção, ora como não-incidência, ora como gratuidade, dentre outras.
- (D) são normas que podem ser afastadas pelo legislador ordinário, desde que de modo expresso e inequívoco, pois os entes políticos não são obrigados a exercer seu direito de não-tributar.
- (E) são todas auto-aplicáveis.

69 - Quanto à imunidade estabelecida pelo art. 150, VI, “a”, da CF,

- (A) conforme orientação do STF, abrange não apenas os impostos incidentes sobre o patrimônio, a renda e os serviços dos entes políticos, mas todos os impostos no que diz respeito às atividades típicas dos entes políticos, pois quaisquer incidências comprometeriam seu patrimônio, sua renda ou seus serviços.
- (B) é conhecida por isenção heterônoma.
- (C) depende de regulamentação por lei complementar.
- (D) abrange quaisquer tributos, tanto impostos, como taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.
- (E) abrange apenas tributos não-vinculados, como impostos e contribuições especiais.

70 - Quanto à competência tributária, é correto afirmar que

- (A) todos os entes políticos têm competência para instituir as diversas espécies tributárias, mas só a União pode criar impostos novos no exercício da sua competência residual.
- (B) a competência para a instituição de contribuições previdenciárias para o regime geral de previdência não é exclusiva da União.
- (C) os Estados e Municípios podem instituir contribuições a serem pagas pelos seus servidores para a manutenção, em benefício destes, de programas de assistência à saúde.
- (D) a competência da União para instituir contribuições previdenciárias para o regime geral de previdência é condicionadas constitucionalmente tanto pela finalidade como pelas bases econômicas passíveis de serem tributadas, só podendo recair sobre outras manifestações de riqueza se instituídas por lei complementar.
- (E) a competência para a instituição de contribuições de melhoria, conforme previsão constitucional, é exclusiva dos Municípios, pois estes é que realizam obras que provocam valorização imobiliária.

71 - Quanto à repartição das receitas tributárias,

- (A) cada ente político é destinatário da integralidade do produto da arrecadação dos impostos que institui e cobra.
- (B) a receita dos impostos não pode ser vinculada a órgão, fundo ou despesa, salvo as vinculações expressamente admitidas pelo texto constitucional.
- (C) em hipótese alguma é admitida a retenção, pela União, da receita que cabe aos Estados e aos Municípios.
- (D) a repartição da receita do SIMPLES NACIONAL pode ser condicionada, pela União, à inexistência de débitos dos Estados e dos Municípios para com a própria União ou suas autarquias.
- (E) cabe aos Municípios 50% da arrecadação do ITR, independentemente do regime de arrecadação deste, se pela União ou pelos próprios Municípios.

72 - Relativamente à vedação de isenção heterônoma,

- (A) consta do art. 151, III, da CF, impedindo a União de conceder isenções de tributos estaduais e municipais, mas não se aplica às taxas.
- (B) impede a União, como pessoa jurídica de direito público interno, de conceder isenções de tributos estaduais e municipais, mas não a República Federativa do Brasil, nas suas relações externas, de conceder isenções em tratados internacionais.
- (C) consta do art. 151, III, da CF, impedindo os entes políticos de concederem isenções mediante discriminação de determinados contribuintes.
- (D) é limitação constitucional ao poder de tributar apenas implícita.
- (E) constava da Constituição Federal de 1967, com a redação da Emenda Constitucional nº 1 de 1969, mas não consta expressamente da Constituição de 1988.

73 - Quanto à anterioridade tributária,

- (A) há duas regras de anterioridade: a anterioridade de exercício para os impostos e a anterioridade nonagesimal para as contribuições.
- (B) as contribuições não estão sujeitas à anterioridade de exercício.
- (C) as contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social não estão sujeitas à anterioridade de exercício.
- (D) as taxas não estão sujeitas à anterioridade nonagesimal mínima prevista no art. 150, III, c, da CF.
- (E) a anterioridade nonagesimal mínima só é aplicável aos impostos sobre o patrimônio.

74 - Quanto à legalidade e à irretroatividade tributárias:

- (A) prazo de vencimento de tributo não é matéria sob reserva legal, de modo que, mesmo que seja estabelecido por lei, poderá ser alterado por decreto ou portaria.
- (B) há exceções constitucionais expressas à irretroatividade tributária quanto à instituição e à majoração de determinados tributos.
- (C) a irretroatividade tributária não se aplica aos impostos indiretos.
- (D) a irretroatividade tributária não constitui propriamente limitação constitucional ao poder de tributar, mas simples critério de tributação afastável por lei complementar.
- (E) inexistente exceção à legalidade tributária, apenas atenuação quanto à alteração da alíquota, pelo Executivo, de determinados tributos expressamente referidos no texto constitucional.

75 - Quanto ao imposto sobre serviços de qualquer natureza:

- (A) é de competência Municipal, sendo instituído diretamente por lei municipal, sem a necessidade de observância de normas estabelecidas por lei complementar.
- (B) há decisão do STF no sentido de que a locação de bens móveis não configura prestação de serviços.
- (C) pode incidir cumulativamente com o ICMS – e sobre a mesma base de cálculo – em algumas operações em que há fornecimento de mercadorias com prestação de serviços.
- (D) não está abrangido pelo SIMPLES NACIONAL.
- (E) conforme orientação do STJ, é devido ao Município em que situada a sede da pessoa jurídica, ainda que o serviço seja prestado em outro Município.

76 - Quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação,

- (A) pressupõe a circulação jurídica e não simplesmente a circulação física, havendo inclusive Súmula do STJ no sentido de que não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.
- (B) não está abrangido pelo SIMPLES NACIONAL.
- (C) é imposto de alíquota única.
- (D) não incide na venda de energia elétrica ao consumidor final.
- (E) incide na venda de imóveis.

## CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO

77 – Quanto aos sistemas de controle externo, é correto afirmar que

- (A) as controladorias ou auditorias-gerais são típicas de países da família jurídica romano-germânica, como França e Itália.
- (B) os tribunais de contas são usuais em países da *common law*, como o Reino Unido e os Estados Unidos.
- (C) os órgãos colegiados, com competências jurisdicionais ou parajurisdicionais, costumam atuar no controle da legalidade e aplicar sanções.
- (D) os órgãos singulares, cujos titulares não podem ser assistidos por equipe de auditores, geralmente se limitam a recomendações quanto à gestão.
- (E) tanto os órgãos colegiados quanto os singulares são sempre subordinados ao Parlamento.

78 – Acerca do controle externo da administração pública, é correto afirmar que

- (A) a titularidade do controle externo é do Tribunal de Contas, sendo o Poder Legislativo legitimado subsidiariamente.
- (B) a titularidade do controle externo é do Poder Legislativo, sendo o Tribunal de Contas legitimado subsidiariamente.
- (C) o controle externo exercido pelo Poder Legislativo é limitado ao julgamento político das contas do Chefe do Poder Executivo.
- (D) a titularidade do controle externo é do Poder Legislativo, que o exerce com o auxílio do Tribunal de Contas.
- (E) o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas é limitado a subsidiar o Poder Legislativo para julgamento das contas dos gestores jurisdicionados.

- 79 – Acerca da fiscalização dos atos das entidades da administração direta, é correto afirmar que
- (A) pode ser exercida no que tange ao exame da legalidade, da legitimidade e da economicidade.
  - (B) pode ser exercida apenas no que tange ao exame da legalidade.
  - (C) pode ser exercida apenas no que tange ao exame da legalidade e da legitimidade.
  - (D) é da competência apenas do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas.
  - (E) é da competência apenas do Tribunal de Contas.
- 80 – Acerca do regime jurídico dos Tribunais de Contas, é correto afirmar que
- (A) pertencem ao Poder Judiciário.
  - (B) são subordinados ao Poder Legislativo, ao qual cabe recurso ordinários de suas decisões.
  - (C) são órgãos autônomos de controle externo de hierarquia constitucional, não integrando qualquer dos Poderes.
  - (D) são órgãos de controle externo de hierarquia constitucional, integrando expressamente o Poder Legislativo, porém sem subordinação ao mesmo.
  - (E) são órgãos auxiliares do Poder Legislativo, a cujos integrantes respondem seus membros funcionalmente e cujas contas não aprecia.
- 81 – Quanto à composição dos Tribunais de Contas, é correto afirmar que
- (A) os Ministros do TCU são em número de 9 (nove), sendo 7 (sete) indicados pelo Congresso Nacional e 2 (dois) pelo Presidente da República.
  - (B) os Conselheiros dos TCEs são em número de 7 (sete), sendo 5 (cinco) indicados pela Assembléia Legislativa e 2 (dois) pelo Governador do Estado.
  - (C) aplica-se aos tribunais de contas a denominada regra do “quinto constitucional”, sendo assegurada a representação da OAB.
  - (D) é prevista, em seus colegiados, a participação de um membro da classe dos auditores e um do Ministério Público que junto à corte atua.
  - (E) as indicações do Chefe do Poder Executivo prescindem da aprovação do Poder Legislativo.
- 82 – Quanto aos requisitos para preenchimento de cargo de membro de Tribunal de Contas, é correto afirmar que
- (A) exige-se curso superior completo em Direito, Economia, Contabilidade ou Administração Pública e mais 5 anos de atividade profissional em ao menos um desses campos do conhecimento.
  - (B) exigem-se notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública e mais de 10 anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija tais conhecimentos.
  - (C) exige-se experiência de mais de 15 anos em Direito, Economia e Finanças, Contabilidade ou Administração Pública.
  - (D) deve o indicado ter mais de 30 anos e menos de 65 anos de idade.
  - (E) o cargo é privativo de brasileiro nato.
- 83 – Quanto às competências dos Tribunais de Contas, é correto afirmar que
- (A) não podem exigir prestação de contas de pessoa física.
  - (B) não podem exigir prestação de contas de pessoa jurídica de direito privado.
  - (C) podem exigir prestação de contas de qualquer pessoa jurídica de direito privado que utilize serviços públicos remunerados por tarifa.
  - (D) não podem julgar as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
  - (E) podem exigir prestação de contas de qualquer pessoa que utilize ou administre dinheiros ou bens públicos.
- 84 – Quanto ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, é correto afirmar que
- (A) de acordo com pacífica jurisprudência do STF, junto ao Tribunais de Contas atua um Ministério Público especial, ao qual, contudo, não se reconhece fisionomia estrutural própria.
  - (B) junto ao TCU oficia o MPF, através de Subprocuradores-gerais da República designados pelo Procurador-Geral da República.
  - (C) seus membros possuem os mesmos direitos, vencimentos, prerrogativas, vedações e forma de investidura dos demais membros do Ministério Público.

- (D) é consentânea com sua natureza a atribuição de, mediante lei, executar em juízo as decisões dos tribunais de contas.
- (E) nos Estados, seus chefes são formalmente subordinados ao Presidente do TCE e ao Procurador-Geral de Justiça.

- 85 – Quanto à prestação de contas do Chefe do Poder Executivo, é correto afirmar que
- (A) o Tribunal de Contas da União emite parecer prévio nas contas do Presidente da República, cuja conclusão somente pode ser contrariada por maioria de três quintos do Congresso Nacional.
  - (B) o Tribunal de Contas do Estado emite parecer prévio nas contas dos Prefeitos municipais, cuja conclusão somente pode ser contrariada por maioria de dois terços da Câmara de Vereadores.
  - (C) a decisão nas contas dos Prefeitos municipais é meramente opinativa, dela não podendo constar qualquer determinação ou sanção aos mesmos, limitando-se a Corte à emissão de parecer prévio.
  - (D) O Tribunal de Contas do Estado emite parecer prévio nas contas do Governador do Estado, cuja conclusão somente pode ser contrariada pela maioria absoluta da Assembléia Legislativa.
  - (E) o parecer prévio nas contas do Governador do Estado, quando favorável ao mesmo e aprovado por unanimidade pelo plenário do TCE, dispensa o julgamento pela Assembléia Legislativa.
- 86 – Quanto à apreciação, para fins de registro, dos atos relativos a pessoal, é correto afirmar que
- (A) quanto às admissões, não podem ser examinadas as temporárias.
  - (B) quanto às inativações, não podem ser examinadas ass dos ex-ocupantes de cargos comissionados que se aposentem no regime próprio dos servidores.
  - (C) não podem ser examinados os atos de transferência para a reserva e reforma de policiais militares no Estado dotado de Tribunal de Justiça Militar.
  - (D) o Tribunal de Contas, se for negado registro ao ato, comunicará o Poder Legislativo para que o desconstitua.
  - (E) quanto às pensões, podem ser examinados os atos retificatórios que importem em melhoria para os beneficiários, desde que alterado o fundamento legal do ato concessório.
- 87 – Quanto às inspeções e auditorias que pode o Tribunal de Contas realizar, é correto afirmar que
- (A) dependem de requerimento da Mesa Diretora do Poder Legislativo, não podendo o Tribunal de Contas agir de ofício nessa matéria.
  - (B) limitam-se a examinar aspectos contábeis, financeiros e orçamentários dos entes auditados ou inspecionados.
  - (C) a inspeção ou auditoria que se destina a analisar o aspecto patrimonial do ente auditado ou inspecionado somente pode ser realizada a requerimento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
  - (D) podem ser realizadas por iniciativa própria do Tribunal de Contas e analisar aspectos operacionais dos entes auditados ou inspecionados.
  - (E) não podem ser realizadas em pessoas jurídicas que não integrem a administração pública direta ou indireta, nesta incluídasas fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- 88 – Quanto à fiscalização de atos e contratos pelos Tribunais de Contas, é correto afirmar que
- (A) o Tribunal, no caso de contrato ilegal, requererá a sustação ao Poder Legislativo.
  - (B) o Tribunal, se verificar a ilegalidade do ato, pode recomendar ao responsável a correção necessária, sempre no prazo constitucional de 90 dias.
  - (C) o Tribunal, no caso de contrato ilegal, sustá-lo-á de imediato, comunicando o Poder Legislativo da providência adotada.
  - (D) se dá, no caso de contrato ilegal, a sustação automática dele, com efeitos *ex tunc*, se as medidas corretivas não forem tomadas em 90 dias.
  - (E) se dá, no caso de contrato ilegal, a sustação automática dele, com efeitos *ex nunc*, se as medidas corretivas não forem tomadas em 90 dias.
- 89 – Quanto às sanções aplicáveis pelos Tribunais de Contas, é correto afirmar que
- (A) a imposição da multa se restringe aos casos de descumprimento de norma de administração financeira e orçamentária, com valor previamente fixado em lei.
  - (B) a imposição de multa se restringe aos casos de descumprimento de norma de de administração financeira e orçamentária, com valor previamente fixado em resolução.
  - (C) a lei pode prever a imposição de multa em valor proporcional ao dano causado ao Erário.

- (D) a determinação de devolução dos valores, em caso de dano causado ao Erário, exclui a possibilidade de imposição de multa.
- (E) a imposição de multa exige a comprovação do dolo do gestor condenado.

90 – Quanto à eficácia das decisões dos Tribunais de Contas que determinem imposição de débito, é correto afirmar que

- (A) a legitimidade para a ação de execução fiscal relativa aos valores objeto da imposição de débito é do Tribunal de Contas.
- (B) a legitimidade para a ação de cobrança dos valores objeto da imposição de débito é do ente público titular do crédito e, subsidiariamente, do Tribunal de Contas.
- (C) possuem eficácia relativa, exigindo para sua execução a prévia ação monitória, em face de seu caráter de mera orientação ao gestor.
- (D) possuem eficácia de título executivo judicial, dispensada a inscrição em dívida ativa para o ajuizamento de execução fiscal.
- (E) possuem eficácia de título executivo extrajudicial, dispensada a inscrição em dívida ativa para o ajuizamento da ação de cobrança.

## FINANÇAS PÚBLICAS

91 - Acerca do ciclo orçamentário, composto pelo Plano Plurianual (PPA), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA), é correto afirmar que

- (A) os respectivos projetos de lei são encaminhados em conjunto, anualmente e na mesma data, ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo.
- (B) os respectivos projetos de lei são encaminhados em conjunto, anualmente, ao Poder Legislativo diretamente pelos Chefes dos demais Poderes e Instituições.
- (C) o PPA vige do segundo ano do mandato do Chefe do Poder Executivo que encaminhou o respectivo projeto de lei ao primeiro ano do mandato seguinte.
- (D) a LDO vige por uma legislatura, com a permissão de, a cada sessão legislativa, edição de decreto legislativo para adequação à LOA.
- (E) a LOA vige por um exercício financeiro, podendo ser editada sob a forma de lei delegada, desde que compatível com a LDO e com o PPA.

92 - Acerca dos princípios orçamentários, é correto afirmar que

- (A) o da unidade colide com a existência de leis orçamentárias anuais distintas (a do orçamento fiscal, a dos investimentos e a da seguridade).
- (B) o da universalidade se aplica às despesas, que são estimadas, mas não às receitas, que são fixadas.
- (C) o da legalidade exige a edição de lei em sentido formal, exceto para a abertura de crédito especial, permitida através de medida provisória.
- (D) o da exclusividade não é lesado quando da LOA consta autorização para abertura de créditos suplementares.
- (E) o da não-afetação veda a vinculação da receita de tributos a despesas determinadas, com as exceções dispostas em lei complementar.

93 - Acerca da ordem econômica constitucional, é correto afirmar que tem como fundamento

- (A) a livre iniciativa e como princípio a livre concorrência.
- (B) a busca do pleno emprego e como princípio a valorização do trabalho humano.
- (C) a justiça social e como princípio a livre iniciativa.
- (D) a valorização do trabalho humano e como princípio a existência digna.
- (E) a redução das desigualdades e como princípio a tributação regressiva.

94 - Acerca das disponibilidades de caixa dos entes públicos, é correto afirmar que:

- (A) as da União serão depositadas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal.

- (B) as da União serão custodiadas na Casa da Moeda do Brasil.
- (C) as dos Estados e as dos Municípios serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.
- (D) as dos Estados e as dos Municípios serão convertidas em moeda estrangeira e ficarão sob custódia do Banco Central do Brasil.
- (E) as dos Estados e as dos Municípios serão aplicadas em Notas do Tesouro Nacional com garantia de resgate sem deságio a qualquer tempo pela União.

95 - Acerca das emendas parlamentares ao projeto de lei do orçamento anual, é correto afirmar que

- (A) serão apresentadas somente na votação do projeto em plenário.
- (B) podem anular despesa referente a serviço da dívida.
- (C) não podem alterar dispositivo do texto do projeto de lei.
- (D) não podem corrigir erros ou omissões.
- (E) devem receber parecer na Comissão mista.

96 - Acerca da execução orçamentária, é correto afirmar que

- (A) o empenho gravado por autoridade incompetente cria obrigação de pagar.
- (B) a liquidação da despesa verifica o direito do credor e atesta a realização do serviço ou o fornecimento do produto.
- (C) o empenho prévio não é condição, em regra, para realizar despesa.
- (D) a liquidação não verifica o beneficiário do pagamento.
- (E) o pagamento da despesa prescinde da etapa de liquidação.

97 - Acerca das despesas públicas, é correto afirmar que

- (A) as despesas se classificam, no mesmo nível, em despesas correntes e de capital.
- (B) as despesas de custeio abarcam as despesas correntes e os investimentos.
- (C) as despesas de capital abarcam as inversões financeiras e as subvenções.
- (D) as despesas se classificam, no mesmo nível, em despesas de custeio e de capital.
- (E) as despesas correntes abarcam as de capital e as transferências.

98 - Acerca das receitas públicas, é correto afirmar que

- (A) as receitas de capital abarcam as receitas tributárias e as patrimoniais.
- (B) as receitas correntes abarcam as receitas industriais e as inversões.
- (C) as receitas de capital alteram o patrimônio duradouro da entidade.
- (D) as receitas correntes não alteram o patrimônio não-duradouro da entidade.
- (E) as receitas de capital provém da tributação dos bens de capital.

99 - Acerca dos créditos orçamentários adicionais é correto afirmar que

- (A) os créditos suplementares abarcam os especiais e os extraordinários.
- (B) os créditos suplementares se destinam a reforço de dotação orçamentária preexistente.
- (C) os créditos especiais se destinam ao atendimento de despesas urgentes e imprevisíveis.
- (D) os créditos extraordinários exigem previsão expressa de sua dotação na lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) os créditos especiais abarcam os extraordinários e os suplementares.

100 - Acerca do crédito público, assinale a afirmativa correta.

- (A) O crédito público é o direito patrimonial estatal oponível ao particular.
- (B) O crédito público é a unidade referenciável da dívida ativa não-tributária.

- (C) O crédito público relaciona-se à capacidade estatal de obter empréstimos.
- (D) O crédito público não pode ser objeto de contrato.
- (E) O crédito público soberano expressa-se na moratória da dívida externa.

## RESPONSABILIDADE FISCAL

101 – Considere as seguintes afirmativas sobre as vedações impostas pela lei quando a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, segundo os percentuais respectivos destinados aos Poderes e órgãos nominados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000).

- I- É vedada a alteração da estrutura de carreira, independentemente de implicar aumento de despesa.
- II- São vedados aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual.
- III- Fica vedada a criação de cargo, emprego ou função pública.
- IV- É ressalvada das vedações previstas na lei e, portanto, permitida a reposição de cargo vago em decorrência de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde, segurança, fazenda e planejamento.
- V- É ressalvada das vedações previstas na lei e, portanto, assegurada a concessão da revisão geral anual prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas II, III e V.
- (D) Apenas II, IV e V.
- (E) Apenas II e V.

102 - É prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, em termos de limites globais, bem como de sua repartição pelos Poderes e órgãos a ela aplicáveis, é calculada, na forma da lei, em percentuais:

- (A) da receita patrimonial.
- (B) da receita corrente líquida.
- (C) apenas da receita tributária.
- (D) das transferências correntes.
- (E) da receita tributária e da receita de capital.

103 - Constitui-se em importante instrumento de transparência, avaliação e acompanhamento da execução orçamentária, ao qual o respectivo Poder ou órgão nominado pela Lei de Responsabilidade Fiscal deve dar ampla divulgação, devendo ser publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, emitido, de regra, ao final de cada quadrimestre, salvo nos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, aos quais é facultado sua emissão com periodicidade semestral, nele devendo conter, dentre outros dados, comparativo com os respectivos limites de que trata a lei, dos montantes relacionados à despesa total com pessoal, à dívida consolidada e mobiliária, à concessão de garantias, a operações de crédito, à indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites com o percentual comparativo ao limite de que trata a lei. Está a se discorrer sobre

- (A) o relatório resumido de execução orçamentária.
- (B) o anexo de metas fiscais.
- (C) o anexo de riscos fiscais.
- (D) o relatório de gestão fiscal.
- (E) o demonstrativo de resultados nominal e primário.

104 – Considere as afirmativas abaixo que dizem respeito à caracterização, requisitos, condições (levando-se em conta, ainda, que a lei enuncia duas condições e que pelo menos uma delas deverá ser atendida) e outras disposições relacionadas à concessão de renúncia de receita, contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I- A renúncia compreende anistia, subsídio, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.
- II- Uma das condições previstas à sua concessão é a da necessidade de demonstração, pelo proponente, de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais, na forma da lei.
- III- Uma das condições previstas à sua concessão é a de estar acompanhada das medidas de compensação, no período e na forma da lei, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- IV- A sua concessão deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, obrigatoriamente, no exercício em que deva iniciar e nos quatro seguintes.
- V- Não será considerada renúncia de receita remissão, crédito presumido e o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II, III e V.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II, IV e V.
- (E) Apenas II e V.

105 - Considerado peça-chave para a gestão fiscal responsável, trata-se de instrumento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal que deve integrar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, nele devendo ser apresentado, com memória e metodologia de cálculo, os objetivos de resultado entre receitas e despesas, para o próximo exercício e os dois seguintes, contendo, ainda, dentre outros dados, a avaliação da situação financeira e atuarial e o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Está a se discorrer sobre

- (A) o anexo de riscos fiscais.
- (B) o relatório de gestão fiscal.
- (C) o demonstrativo de resultados nominal e primário.
- (D) o anexo dos objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial.
- (E) o anexo de metas fiscais.

106 - Constitui-se em instrumento de transparência da gestão fiscal, ao qual o respectivo Poder ou órgão nominado pela Lei de Responsabilidade Fiscal deve dar ampla divulgação, devendo ser publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, emitido, de regra, a cada bimestre, nele devendo conter, dentre outros dados e na forma da lei, o balanço orçamentário, os demonstrativos da execução das receitas e despesas, os de resultados nominal e primário e os de restos a pagar. Trata-se

- (A) do relatório resumido de execução orçamentária.
- (B) do anexo de metas fiscais.
- (C) do anexo de riscos fiscais.
- (D) do relatório de gestão fiscal.
- (E) do anexo de política fiscal.

107 - Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes e órgãos referidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo os respectivos percentuais a eles destinados, quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal

- (A) ultrapassou 80% (oitenta por cento) do limite.
- (B) ultrapassou 85% (oitenta e cinco por cento) do limite.
- (C) ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite.
- (D) somente se ultrapassou 95% (noventa e cinco por cento) do limite.

(E) somente se ultrapassou 100% (cem por cento) do limite.

108 - Se um prefeito pratica ato de que resulta aumento de despesa com pessoal, expedido a cem (100) dias antes do final de seu mandato, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que

- (A) o ato é simplesmente irregular, podendo ser convalidado.
- (B) o ato é nulo de pleno direito.
- (C) o ato constitui nulidade relativa, podendo ser convalidado.
- (D) o ato é anulável, poderá ser convalidado, mas a conduta da autoridade será considerada ato de improbidade administrativa, com as sanções previstas na respectiva lei especial.
- (E) o ato é lícito, porquanto a lei somente vedaria a conduta caso praticada nos noventa (90) dias anteriores ao final do mandato.

109 - Na repartição dos limites globais de despesa total com pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal assim dispõe quanto à esfera estadual:

- (A) 3% (três por cento) para o Poder Legislativo, 2% (dois por cento) para o Tribunal de Contas, 5% (cinco por cento) para o Poder Judiciário, 48% (quarenta e oito por cento) para o Poder Executivo e 2% (dois por cento) para o Ministério Público.
- (B) 10% (dez por cento) para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado, 10% (dez por cento) para o Poder Judiciário, incluído o Ministério Público dos Estados, e 40% (quarenta por cento) para o Poder Executivo.
- (C) 5% (cinco por cento) para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado, 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário, e 49% (quarenta e nove por cento) para o Poder Executivo, incluído o Ministério Público dos Estados.
- (D) 5% (cinco por cento) para o Poder Legislativo, 1% (um por cento) para o Tribunal de Contas, 5% (cinco por cento) para o Poder Judiciário, 48% (quarenta e oito por cento) para o Poder Executivo e 1% (um por cento) para o Ministério Público.
- (E) 3% (três por cento) para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado, 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário, 49% (quarenta e nove por cento) para o Poder Executivo e 2% (dois por cento) para o Ministério Público do Estado.

110 – Considere as seguintes afirmativas a seguir dizem respeito a infrações administrativas contra as leis de finanças públicas, dispostas na Lei n.º 10.028/2000.

- I- A prática de infração administrativa é punida com multa de até o décuplo dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa.
- II- Constitui infração administrativa propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.
- III- Constitui infração administrativa deixar de enviar ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidas em lei.
- IV- Constitui infração administrativa deixar de enviar ao Tribunal de Contas o relatório resumido de execução orçamentária, nos prazos e condições estabelecidas em lei.
- V- A infração administrativa disposta na Lei n.º 10.028/2000 é processada e julgada pelo Tribunal de Contas a quem competir a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da pessoa jurídica de direito público envolvida.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I, II, IV e V.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas II, III e V.
- (E) Apenas II e IV.